

SOCIOLOGY

A vocação política da teoria marxista da dependência: Uma análise da Política Operária

Raphael Lana Seabra

Universidade de Brasília, BR
raphaelseabra@hotmail.com

O presente artigo tem por objetivo lastrear o desenvolvimento inicial das concepções sobre a teoria marxista da dependência ainda no calor do embate político no Brasil entre 1959 e 1967. Inicialmente, o texto se debruça sobre a formação e desenvolvimento da Organização Revolucionária Marxista Política Operária através da análise de alguns documentos políticos da organização, para em seguida, pôr em foco o Programa Socialista para o Brasil de 1967, de modo a destacar certas similaridades do programa político com as linhas centrais que virão a compor a teoria marxista da dependência. Ao final, o artigo levanta relação recíproca entre os conhecimentos forjados no calor da luta política com aqueles elaborados dentro da universidade, indicando a presença e reelaboração das concepções da organização política nas obras iniciais dos cientistas sociais brasileiros Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.

The aim of this article is to ground the initial development of conceptions of the Marxist theory of dependence in the heat of the political clash in Brazil between 1959 and 1967. Initially, the text focuses on the formation and development of the Organização Revolucionária Marxista Política Operária through analysis of some political documents of the organization, and then focusing on the Programa Socialista para o Brasil of 1967, in order to highlight certain similarities of the political program with the central lines that would form part of the Marxist theory of dependence. At the end, the article raises a reciprocal relationship between the knowledge forged in the heat of the political struggle with those elaborated within the university, indicating the presence and re-elaboration of the conceptions of political organization in the initial works of the social scientists Theotônio dos Santos and Ruy Mauro Marini.

Retomando a literatura de avaliação da controvérsia teórica da dependência é comum encontrar referências que centralizam o Chile como eixo de formação desta nova corrente. Partindo desta centralização é estabelecida uma série de classificações de autores em inúmeras posições/correntes de pensamento,¹ sobretudo, nos trabalhos de língua inglesa. Pela abordagem e reprodução de tais limitações, merecem menção: *Dependency: A Critical Synthesis of the Literature* de Ronald Chilcote (1974), *Development Theory in Transition: The Dependency Debate and Beyond: Third World Responses* de Magnus Blómstrom e Björn Hettne (1984), *Theories of Development: Capitalism, Colonialism and Dependency* de Jorge Larrain (1998) e *The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies* de Robert A. Packenham (1998). Consideramos que o melhor o único esforço em língua inglesa que escapa às reduções encontra-se na delimitação proposta por Cristóbal Kay (1989) de dois campos políticos e intelectuais opostos—reformistas e marxistas—, ainda que não estabeleça todo o itinerário de formação e debate ao redor da temática da dependência, aproxima-se mais de sua realidade histórica.

Duas são as consequências redutoras de tais classificações: primeiro, a reduzir a formação da teoria da dependência a mero desdobramento acadêmico crítico às teses estruturalistas da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL); segundo, e ainda pior é a tendência a limitar as contribuições à temática

¹ Theotônio dos Santos oferece uma excelente síntese sobre as inúmeras filiações teóricas atribuídas a diversos autores da dependência (2000, 29).

através da polarização entre as posições de dois autores: Fernando H. Cardoso (em coautoria com Enzo Faletto) e André Gunder Frank. Vale questionar como e por quê Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra,² militantes e intelectuais formados no Brasil, em meio à crise do desenvolvimentismo, cujo resultado foi o golpe civil-militar perpetrado contra o governo de João Goulart em 1964, repentinamente “descobriram” no Chile a questão da dependência e por intermédio de Cardoso ou Frank?

Ainda que o ambiente chileno seja importante, tal consenso desconsidera ou atribui pouca importância às relações destes intelectuais com o meio político-social brasileiro onde a vertente marxista da dependência começa a ser gestada. Sem considerações consistentes do ambiente político-social brasileiro, da crise da hegemonia do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do nacionalismo do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB), da ebulição de novas concepções sobre a aplicação do marxismo à realidade nacional e do caráter da revolução, nos parece impossível compreender a enorme produtividade dos referidos autores em seu exílio chileno. Assim, a intenção do artigo é lastrear o desenvolvimento das concepções sobre a dependência ainda no calor do embate político no Brasil entre 1959 e 1967.

Para tal, o artigo se divide em três partes. A primeira perfaz brevemente o percurso Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) e como é colocada a questão da aplicação original do marxismo à compreensão da realidade nacional. A segunda avalia o principal documento da organização, de modo a destacar certas similaridades do programa político com as linhas centrais que virão a compor a teoria marxista da dependência. A terceira parte realiza a comparação dos elementos da organização política levantados nas seções anteriores com as concepções desenvolvidas por dois cientistas sociais brasileiros, Ruy Mauro Marini em *Subdesenvolvimento e revolução (SeR)* e por Theotônio dos Santos *Socialismo ou fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano (SF)*, pelo fato de que ambas dialogaram diretamente com as teses polopianas e com a conjuntura imediata dos anos 1959–1967.

O recurso metodológico comparativo contou com as noções de *presença* e *reelaboração* de conceitos e categorias da organização nas obras dos intelectuais referidos, eliminando considerações que indiquem apenas influência e desdobramento, ambas com significado pouco reflexivo e original, de modo a indicar tanto a relação recíproca entre os conhecimentos forjados no calor da luta política com aqueles elaborados dentro da universidade, como ao mesmo tempo sugerir que é desta reciprocidade que surgem as bases para sistematizações, refinamentos e avanços posteriores, ou seja, para que Marini e Santos desenvolvessem problemáticas próprias e as ressignificassem originalmente. Ao final, o artigo fornece chaves para novas reflexões do surgimento da teoria marxista da dependência no Brasil, desconstruindo certos “lugares comuns” nas ciências sociais sobre a temática.

A Política Operária, o marxismo e a realidade brasileira

O aprofundamento da crise do capitalismo brasileiro em fins dos anos 1950 demandava um novo marco para a compreensão da realidade, articulando as situações nacional e internacional, quer dizer, situando a dinâmica do capitalismo brasileiro no interior do sistema imperialista, como parte da divisão internacional do trabalho. A elaboração deste novo marco de interpretação do capitalismo brasileiro estava diretamente relacionada à conjuntura dos anos 1950–1960, quer dizer, a crise estrutural do próprio desenvolvimentismo que se delineava na elevação da inflação como mecanismo de acumulação das burguesias, a insatisfação popular frente ao aumento do desemprego, o surgimento de um movimento camponês organizado pondo em xeque a estrutura da propriedade da terra, as recorrentes greves contra a perda do poder de compra dos salários, questões que obrigavam à redefinição política e organizativa da esquerda brasileira, à leitura mais detida da nova fase do capitalismo no país e suas contradições fundamentais.

Nesse sentido, havia a sensibilidade de parte da militância daquela época—seja a militância independente ou a dissidente dos partidos até então existentes—da centralidade da tarefa de renovação teórico-política do campo de esquerda e de articular esse campo no sentido da construção de uma alternativa ao reformismo, à conciliação de classes sob a direção da grande burguesia industrial. De acordo com Luiz Alberto Moniz

² Marini foi sociólogo, professor da Universidade de Brasília, do Colégio de México, da Universidad de Concepción—Chile, Universidad de Chile e da Universidad Autónoma Metropolitana de México, encerrando sua carreira na Universidade de Brasília. Autor de *Dialética da dependência*. Santos foi sociólogo, professor na Universidade de Brasília, na Universidad de Chile, na Universidad Autónoma Metropolitana de México, encerrando sua carreira como Professor Emérito da Universidade Federal Fluminense. Autor de *Socialismo ou fascismo: O novo caráter da dependência e o dilema latino-americano*. Bambirra foi socióloga, professora na Universidade de Brasília, Universidad de Chile, na Universidad Autónoma Metropolitana de México, posteriormente reintegrado à Universidade de Brasília onde encerra sua carreira acadêmica e passa assessorar o Partido Trabalhista Brasileiro na Câmara dos Deputados em Brasília. Autora de *O capitalismo dependente Latino-Americano*.

Bandeira, após a formação da Liga Socialista Independente³ (LSI) em São Paulo em 1956, e da Juventude Socialista (JS-PSB) no interior do Partido Socialista Brasileiro em 1957 no Rio de Janeiro (Bandeira 2017, 12), foi decidido que naquele momento o instrumento político de renovação do marxismo e aglutinação da esquerda se efetivaria na publicação da *Revista Movimento Socialista*, que teve dois números publicados em 1959. Essa revista obteve certa repercussão, aglutinando não apenas grupo luxemburguista da LSI de São Paulo, e a JS-PSB do Rio de Janeiro, mas atraindo também grupos dissidentes do trabalhismo em Minas Gerais, além de outros militantes independentes, como por exemplo, da Escola Brasileira de Administração de Pública (EBAP).

A partir da recepção positiva da revista e da ampliação dos contatos foi redigida por Eric Sachs⁴ a convocatória em julho de 1960 para o *I Congresso* que ocorreria em fevereiro de 1961, no interior de São Paulo. Ainda seriam realizados mais três congressos em 1962, 1963 e 1967, quando a organização se converte em Partido Operário Comunista (POC⁵) devido às profundas divergências quanto ao papel a ser desempenhado ou não pela luta armada, dando fim a formação original polopista (Reis Filho 2007, 55–56). As teses da nova organização eram influenciadas por referências diversas, desde Nikolai Bukhárin, Rosa Luxemburgo, Franz Mehring e Vladimir Lenin até intelectuais menos conhecidos no país como dois ex-militantes da Liga Spartakista alemã Heinrich Brandler e August Thalheimer, e posteriormente da Oposição Comunista Alemã e caracterizada por sua autonomia criadora de uma elaboração original (Meyer 2009a).

Sua militância era formada basicamente por jovens intelectuais, estudantes, militares de baixa patente e, em menor número de operários industriais (Mattos 2007). De acordo com Marini (2012), sem dispor de aparatos armados e carente de uma base proletária significativa, a organização buscou amparar-se em seus princípios, em sua capacidade de produção teórica para lograr se afirmar no seio da esquerda. Esse fato levantou uma série de críticas ao suposto *intelectualismo* da organização, porém, a maior limitação da organização para favorecer a aglutinação da esquerda revolucionária, resultou principalmente de sua incapacidade de aprofundar seus acertos teóricos e convertê-los numa estratégia global de ação, que respondesse às exigências da luta de classes em nível político e militar.

Na *Convocatória para o 1º Congresso da Polop* de 1960, logo no primeiro parágrafo encontramos a exortação de que “*chegamos à conclusão de que a tarefa principal dos marxistas brasileiros consiste na formação de um partido independente da classe operária*” (Sachs [1960] 2009, 21). Colocando a questão de que os partidos que deveriam se prestar a esse papel não preencheram a função de defesa dos interesses da classe trabalhadora, quer dizer, o PCB não se converteu no partido operário, como também o PSB e o PTB.⁶ A convocatória levanta duas questões recíprocas: como chegar ao dito partido nas condições concretas das lutas de classes no país, e qual a forma o partido tomará sob essas condições? A tarefa que a convocatória se propõe vai além da mera aglutinação de indivíduos insatisfeitos com a condução dos partidos reformistas. Ainda que existisse naquela conjuntura uma vastidão de militantes de esquerda que buscassem um campo de ação, com composição heterogênea e praticamente unidos pela crítica à linha do PCB,⁷ as divergências eram profundas: desde uma parca preocupação com o problema do marxismo no Brasil, ou a adoção de

³ Participaram da fundação da LSI: Hermínio Sacchetta, Alberto Luiz da Rocha Barros, Paul Singer, Maurício Tragtemberg, Michael Löwy entre outros. E da fundação Juventude Socialista participaram Wilson Peixoto, Walter Costa Mercês, Gerson Pereira e Eric Sachs.

⁴ Não é fácil recuperar a trajetória pessoal dessa importante figura da esquerda brasileira, mas em síntese podemos dizer que Sachs nasceu em 1922 em Viena, filho de ucranianos, em 1937 fugindo da ascensão nazista muda-se com a mãe para ex-URSS, posteriormente, dados os expurgos da república soviética, aportam no Brasil em 1939. Em certas ocasiões assinava seus artigos sob o pseudônimo Eurico Mendes ou Ernesto Martins. As polêmicas ao redor de sua importância e de suas contribuições para a Polop suscitam discussões, que ora parecem beirar o “imaginário fantástico” como as de (Meyer 2009), como ora repletas de ressentimentos como as de Bandeira (2017).

⁵ Dada a impossibilidade em reproduzir a história detalhada de ascensão e crise da organização, a composição de seus quadros militantes e sua inserção na cena política, para aprofundamentos sugerimos Mattos (2007), Oliveira (2007), Meyer (2009), Leal (2014) e Kameyama e Stotz (2016).

⁶ Quer dizer, eram todos partidos de massas, com importante presença nos meios sindicais rurais e urbanos, com capacidade de agitação e organização, mas amparados na disputa pelo enorme prestígio e popularidade do trabalhismo varguista, sobretudo em seus aspectos nacional-desenvolvimentistas, de defesa das riquezas nacionais e do anti-imperialismo. Era praticamente um *frente única* das forças sociais (proletariado, campesinato, pequena burguesia urbana, burguesia industrial e até parte do latifúndio descontente com o imperialismo).

⁷ Existe sempre o risco de simplificar o PCB como grande bloco monolítico. Internamente as disputas não eram “novidades”, desde o Manifesto de Agosto de 1950, quando na esteira da Revolução Chinesa era colocada uma posição favorável à luta armada, conduzida por um exército de libertação nacional, como também nas críticas à posição antigetulista, taxado como governo de “traição nacional”, passando pela campanha do “voto em branco” em 1954, mas sobretudo, as autocríticas, ressentimentos e depeceções acentuam-se após o XX Congresso Partido Comunista da União Soviética, quando Nikita Krushev denuncia os crimes de Stálin.

esquemas prontos e elaborados trazidos de fora, tal como o da revolução chinesa, mas também aqueles que refutam a cópia de qualquer modelo revolucionário precedente.

Tal palavra de ordem, no contexto de sua redação tem consequências políticas e teóricas fundamentais de amplo alcance ao definir: que a tutela e domínio burgueses sobre o proletariado se expressam materialmente pela legislação sindical e outros aparelhos de repressão; e ideologicamente pelas teorias que pregam a comunidade de interesses entre a burguesia e o proletariado (nacionalismo, desenvolvimentismo), que têm como consequências o sacrifício das reivindicações próprias do proletariado. Da imperiosidade do movimento autônomo do proletariado, a Eric Sachs ressalta os limites do anti-imperialismo nacional-desenvolvimentista devido às articulações de interesses entre as burguesias nacional e imperialista, concepção que futuramente será central à teoria marxista da dependência:

A penetração das ideias desenvolvimentistas no meio operário foi facilitada por uma hábil exploração dos sentimentos anti-imperialistas reinantes nas massas. ... Em primeiro lugar, era importante para ela [burguesia nacional] procurar neutralizar a luta anti-imperialista, que tinha de se dirigir contra si mesma, pois ela, apesar de todas as divergências internas, colabora com o imperialismo, aceita a sua cooperação para o desenvolvimento e o apoio na política internacional. Em segundo lugar, soube aproveitar esse movimento, quando achava útil, para melhorar sua posição na aliança que conservara com o imperialismo—onde está relegada ao papel de “primo pobre”. E em terceiro lugar, o problema da luta anti-imperialista como foi colocado pela chamada esquerda, reforça a aparente comunidade de interesses e justifica mais uma vez, os sacrifícios por parte do proletariado. (Sachs [1960] 2009, 25–26)

O documento da *Convocatória* tem consciência de que não se trata de fundar apenas mais um sigla, mas de criar as condições desde o novo instrumento político para a construção de um partido proletário efetivamente orgânico. Essa tarefa de construção não resultará da simples elaboração de um documento e um estatuto, mas da formação de quadros com habilidade de *estudar e interpretar a realidade brasileira sob um ângulo marxista*, de analisar a situação mundial e assimilar boa parte da experiência da luta de classe em escala internacional (Sachs [1960] 2009). Essa perspectiva é mais bem desenvolvida no texto *O nome e um Programa* em que se apresentava o primeiro número do *Jornal Política Operária* em janeiro de 1962. Segundo o texto a *renovação da esquerda* dependeria:

De aplicar o método do marxismo naquilo que comumente se chama realidade brasileira. ... Muito se falou então entre nós do “caminho russo,” “chinês,” “iugoslavo” e, recentemente, do “modelo cubano”. Estes exemplos têm valor para mostrar que países menos desenvolvidos que nós, já encontraram caminhos para se livrar da exploração capitalista, mas os ensinamentos que podemos tirar das lutas de classe desses povos não são um convite à imitação. ... O marxismo, onde abalou o mundo, foi antes de tudo criador. A falta de uma aplicação construtiva do marxismo e das experiências do movimento internacional à realidade do país fez com que a esquerda, finalmente, se limitasse a desempenhar suas atividades não em função da sua classe operária e dos seus objetivos históricos, mas sim como apêndices da política externa de países que já realizaram suas revoluções. (Polop 1962, 2–3)

Vemos aqui a crítica direta a um dos equívocos do PCB de simplesmente copiar e tentar implementar modelos revolucionários exteriores à realidade brasileira. Essa crítica será continuada na redação sofisticada em *Dialética da dependência* de Ruy Marini (1981), quando este afirma que diante do parâmetro puro do modo de produção capitalista, a economia latino-americana apresenta peculiaridades que às vezes são dadas como insuficiências e outras como deformações. Para a Polop a independência organizativa do proletariado deveria se livrar do duplo espectro de dominação: internamente da coalização nacional-desenvolvimentista, e externamente da rigidez das determinações do Comitê Executivo da Internacional Comunista.

A superação dessa dupla limitação poderia ser efetivada através da interpretação e aplicação original do marxismo à realidade brasileira. Ainda que existissem críticas isoladas à sobrevivência de resquícios feudais e à externalidade do imperialismo à realidade brasileira—críticas internas ao PCB e geniais como as de Caio Prado Júnior em *História Econômica do Brasil*—, até os anos 1960, a tese do porvir da revolução democrático-burguesa se manteve hegemônica na esquerda. A insistência da organização sobre a importância do debate teórico e da formação de seus quadros, a ponto de forjar uma linguagem comum, não resulta de qualquer preciosismo teórico, intelectualismo ou elitismo. Ao contrário, como teoria revolucionária, o marxismo

funde teoria e prática como sustentado por Marx em sua décima primeira tese sobre Feuerbach (Marx 2007, 535). O aprofundamento da crise do nacional-desenvolvimentismo em 1963 colocava em evidência os resultados políticos da insuficiência teórica do movimento revolucionário no país. Nas teses aprovadas em seu *II Congresso* de 1963, a organização avalia três problemas da esquerda resultantes de suas insuficiências teóricas: a incapacidade que demonstra em definir com precisão a fase que a atravessa a realidade brasileira e, conseqüentemente, as tarefas a realizar; evidencia-se no esquematismo e no dogmatismo, como também no baixo nível das discussões internas ou entre as organizações; e, no despreparo de seus quadros e na carência do trabalho interno de formação para superar tal inconveniente (Polop 1963, 27).

As resoluções e diretrizes resultantes do *II Congresso* realizado em janeiro de 1963 já indicavam à direção e aos quadros da organização que algumas de suas ideias haviam provocado certa reação no conjunto da esquerda, fato que junto ao próprio acirramento das lutas de classes e a possibilidade concreta de uma saída bonapartista, aprofundaram as rupturas no interior do PCB, fragmentando a esquerda no país. Com a crise econômica e política brasileira, ganham maior força as preocupações sobre a forma de se organizar e se fortalecer internamente, sobretudo, a clareza de que aquele ano—1963—poderia ser o momento de maior amadurecimento de um projeto independente da classe trabalhadora, de formação de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo,⁸ quer dizer, denunciar a política de colaboração de classes, defendida pelos partidos reformistas e nacionalistas, que colocavam o conjunto dos explorados e exploradas sob a condução do bloco burguês no país (Polop 1963a, 7).

O documento é aberto com a crítica direta ao colaboracionismo de classe propagado pelo PCB, de que no interior da reorganização do sistema interimperialista, haveria certo conflito entre a burguesia nacional e o imperialismo. Essa leitura equivocada teria levado o PCB a estabelecer um plano de apoiar a burguesia nacional, abandonando qualquer pretensão de dirigir o movimento operário. Por outro lado, a organização tem plena convicção de que a ação independente das massas exploradas e dominadas pela burguesia, na conjuntura dos anos 1960, era inviável sem a ação conjunta da esquerda. Outra vez, defende-se a proposta da autêntica política operária:

Uma política operária para o Brasil—esta é a tarefa que a esquerda está, neste momento, chamada a realizar e que impõe, para seu exercício, um Partido Revolucionário capaz de efetivá-la. Esse Partido não surgirá de vez, mas se formará organizadamente, a partir da luta diária das massas, no entrelaço das grandes e pequenas batalhas que o proletariado trava contra a exploração de que é vítima. Unificando suas forças, os grupos de esquerda terão melhores condições para participar da luta e orientá-la no sentido de uma verdadeira luta de classe—e é no bojo desse processo que se há de formar o Partido. (Polop 1963a, 7)

Essa concepção da política operária para o Brasil indica o posicionamento da Polop no interior da disputa hegemônica. Ao mesmo tempo era claro para a organização de que esta política operária seria irrealizável valendo-se apenas de seus escassos meios, por isso, conclamava a formação de uma Frente da Esquerda Revolucionária reunindo esforços com as novas organizações como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) (Polop 1963, 7).

Ainda que não seja possível aprofundar todos os pontos trazidos pelas diretrizes e teses aprovadas nos documentos do *II Congresso* de 1963, ele aborda a crise brasileira de modo bastante original, ao situar a crise do capitalismo como situação inédita no país devido às condições internas desta, desligadas de uma crise capitalista internacional de maiores proporções. É notável que haja apenas uma menção à noção de dependência, quando o documento refere-se aos limites de produtividade do imperialismo dado o “baixo consumo das áreas dependentes” (Polop 1963a, 11). Ainda que haja certo otimismo em relação à situação internacional de crescimento do bloco socialista, de que a revolução mundial estaria a alguns passos daquela conjuntura, a relação dialética com o sistema imperialista, como mencionado não se dava num contexto de crise capitalista mundial, mas do novo papel desempenhado pelo imperialismo na economia brasileira, de como a nova fase da industrialização em condições de subdesenvolvimento torna o imperialismo parte orgânica da formação econômico-social brasileira.

De acordo com as *Perspectivas das Lutas de Classes no Brasil—Teses Aprovadas no II Congresso*, o processo de desenvolvimento capitalista brasileiro ganha impulso a partir da segunda metade do século XIX, com a guerra do Paraguai e com a abolição da escravidão, mas acelera-se a partir da desorganização do sistema

⁸ Sem dúvidas essa Frente era o meio de se opor à “frente única com a burguesia” preconizada pelo PCB, PDT e PSB. A frente teria condução hegemônica proletária, mas seria composta por trabalhadores urbanos, campesinato, movimento estudantil, pequena burguesia e soldados, cabos e marinheiros de origem popular.

capitalista mundial com a Primeira Guerra Mundial de 1914. Desde então, a nascente burguesia industrial começa a disputar o aparato político com o setor oligárquico-latifundiário. Tal situação só encontra solução com a Crise de 1929 e a Revolução de 1930. O compromisso de 1937 representa a solução bonapartista na ditadura de Getúlio Vargas encontrada pela burguesia para garantir sua permanência no poder e para criar condições estáveis para seu desenvolvimento. A questão é que a partir do segundo Governo de Getúlio Vargas, os conflitos da burguesia industrial com o setor latifundiário e a crise deste setor exigem a revisão do compromisso de 1937. A primeira revisão deste compromisso desenvolve-se ao longo do governo de Juscelino Kubitschek, de modo que a “revisão constituiu, basicamente, em arrogar-se à burguesia o direito de mobilizar as disponibilidades internas e externas do sistema para a implantação da indústria de base, sem prejuízo dos privilégios concedidos aos latifundiários e grupos comerciais nacionais e estrangeiros vinculados à exportação” (Polop 1963b, 21). A consequência da revisão foi não apenas o crescimento da burguesia industrial e financeira, mas seu entrelaçamento com o capital estrangeiro em caráter ainda mais radical. Nesse sentido, a crise de crescimento brasileira, abre uma nova perspectiva para as lutas de classe no país, é lida como *crise da industrialização* ou também *crise do nacional-desenvolvimentismo*:

A crise de crescimento do sistema capitalista traduziu o estrangulamento da expansão econômica que se vinha operando a partir da última guerra mundial. Caracteriza-se, de um lado, pelo desajustamento entre a necessidade de mercados e divisas, que experimenta a burguesia, e a atual estrutura do sistema de produção e de trocas; e, de outro lado, pelo esgotamento da inflação como instrumento capaz de promover a acumulação de capital e, portanto, de manter o ritmo de industrialização. (Polop 1963a, 8)

Nesse sentido, o processo de crescimento capitalista coloca a fração burguesa—sobretudo paulista—como fração hegemônica no interior do bloco burguês, de modo, que não se trata mais de uma classe aliada ou sócia menor no plano político. A crise da industrialização por substituições de importações levanta uma aparente crise entre a burguesia nacional, o sistema latifundiário e a burguesia imperialista, crise esta que tem sua revisão confiada ao governo de Jânio Quadros que instaura a “política de autoridade”. Dado o desgaste da inflação como parte da acumulação capitalista, o ascenso do movimento de massas, o exemplo próximo da Revolução Cubana, e as limitações do mercado interno dada a própria peculiaridade do desenvolvimento capitalista periférico, a revisão da crise começou pelo esforço de uma política externa independente, pelo anúncio de algumas reformas estruturais (reformas de base)—que desencadeou a reação das demais frações dominantes da burguesia. A prática e erro de cálculo desse *governo de autoridade* é resumida nos seguintes termos:

[Jânio Quadros] governando acima dos partidos, reforçando constantemente seu poder pessoal, neutralizando a esquerda pelo imprevisto de suas atitudes—o governo Jânio Quadros reuniu em torno de si a quase unanimidade da opinião pública e representou um ensaio da burguesia no sentido do bonapartismo. E é provável que, sem sua precipitada renúncia—sobrevinda no momento em que os choques de interesses provocados pelo Governo não haviam, ainda, permitido a consolidação da unidade burguesa à sua volta—tal ensaio tivesse sido levado além, isto é, à forma de ditadura bonapartista pura e simples. (Polop 1963b, 21)

O desfecho foi a crise política aberta em agosto de 1961 com a renúncia de Quadros, e o ensaio de golpe contra o então vice-presidente João Goulart, ex-ministro do trabalho de Getúlio Vargas (1953–1954), um Trabalhista identificado com o sindicalismo. Em seu fracassado intento golpista, Quadros julgava que os militares impediriam a posse de Goulart, como também imporiam seu mandato à Câmara sob o suposto “clamor popular”. Na realidade não houve qualquer manifestação dos militares ou do “povo” em favor de Quadros, ao contrário, a campanha da legalidade convocada pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, despontou várias manifestações no país foram para defender a posse de Goulart como presidente, diante de ameaças de veto militar e de outros setores e partidos conservadores, como a União Democrática Nacional (UDN). Goulart assumiria a presidência em setembro de 1961. Essa crise político-econômica levou as massas urbanas a maior radicalização e diante o intento de intervenção popular na vida política do país, a classe dominante recua através da emenda parlamentarista, onde Goulart assume o governo numa forma de presidencialismo enfraquecido. A radicalização popular e o exemplo próximo da Revolução Cubana levaram vários setores da esquerda a descuidar das tarefas de organização e permitir que os acontecimentos ocorressem livremente.

Frente à análise conjuntural realizada pelas resoluções e teses do II Congresso, nos deparamos novamente com o problema teórico levantado por seus quadros desde 1959: de um lado o oportunismo, entendido como atuação política sem diretrizes próprias, realizada ao sabor das circunstâncias dadas pela marcha do processo político e a reboque dos grupos ou classes que desenvolvem uma ação deliberada conforme seus próprios objetivos; de outro, o aventureirismo, como a atuação política irracional, sem base no conhecimento objetivo das condições em que os fatos se desenvolvem, mas antes disso, orientada subjetivamente, mais pelo desejo de seus condutores do que pela realidade (Polop 1963b, 27). Desse modo, o plebiscito de reestabelecimento de plenos poderes presidenciais a Goulart foi lido pelo desvio oportunista como vitória da pressão popular, na luta pela manutenção da ordem legal e democrática. Todavia, tratava-se uma aparente vitória, pois ela tinha como razão de fundo a preocupação de setores conservadores em relação as eleições de 1965—de modo que o plebiscito foi antecipado para 1963 por pressão destes setores, antecipando os riscos de assumir um executivo com poderes limitados.

A Polop considera no documento que o apoio dado ao plebiscito pelo PCB e percebido por este como uma saída progressista—caso evidente da política colaboracionista entre burguesia e proletariado—, que na realidade abriu margem para que a burguesia industrial se aproximasse de João Goulart e que as Reformas de Base fossem realizadas não para o campo popular,⁹ mas como parte de estabilização da crise do capitalismo brasileiro. Enquanto Goulart representasse a possibilidade de contenção do movimento popular, este representaria outro ensaio de bonapartismo para a burguesia, evitando, portanto a ditadura direta. Ao final vale ressaltar a reafirmação da organização de que a formação do partido independente é indispensável à luta anti-imperialista consequente:

A denúncia de todas as tentativas burguesas e reformistas de estruturar 'alianças' entre o proletariado, a burguesia nacional e certos setores latifundiários pretensamente anti-imperialistas. Semelhantes tentativas não fazem mais do que enfraquecer a luta, pois espalham ilusões acerca de classes e camadas sociais ligadas, a longo prazo [*sic*], ao sistema imperialista, escondem que o operário brasileiro é vítima de uma dupla exploração, a do capitalista nacional e do estrangeiro que, disputando as suas partes da mais-valia, tiram à luta anti-imperialista o seu caráter de classe. (Polop 1963b, 15).¹⁰

A luta anti-imperialista consequente simplesmente quer dizer que a destruição da ingerência imperialista, do inimigo principal, passa obrigatoriamente pela destruição do capitalismo nacional, tanto da grande burguesia industrial, como da latifundiária, do inimigo imediato—esta é outra grande questão levantada posteriormente pela teoria marxista da dependência.¹¹

O Programa Socialista para o Brasil como síntese interpretativa

São nas análises apresentadas no documento resultante de seu IV Congresso em setembro de 1967, o Programa Socialista para o Brasil (Programa SB), que encontramos a síntese do novo marco de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro e, por consequência, da natureza socialista da revolução. Porém, trata-se de um documento com caráter muito distinto daqueles preparados anteriormente, isso porque o golpe de abril de 1964 impôs à organização as condições de ilegalidade e repressão, tanto é que parte de seus dirigentes e militantes encontrava-se presa ou exilada. E não cabem dúvidas de que as condições de repressão e ilegalidade impunham duras dificuldades ao trabalho de base e a divulgação de ideias (Kameyama e Stotz 2016). Mas vale destacar que este é o documento onde o desenvolvimento teórico da análise do capitalismo brasileiro é mais desenvolvido e mais sofisticado em relação aos documentos anteriores, inclusive de modo muito similar ao que viria a ser conhecido posteriormente como teoria marxista da dependência. Cabe a advertência de que não serão analisados todos os pontos do programa,

⁹ O programa das Reformas de Base passava pelas reforma agrária, bancária, tributária, urbana, eleitoral, do estatuto do capital estrangeiro e universitária.

¹⁰ Pela leitura dos documentos são perceptíveis certas insinuações à *dupla exploração*, marcada pela disputa entre as burguesias locais e as burguesias estrangeiras pela apropriação de partes da mais-valia. Ainda que seja necessário maior aprofundamento, não seria demais considerar que deste conceito quase intuitivo da organização tenha se desenvolvido a categoria *superexploração do trabalho* de Ruy Mauro Marini em *Subdesenvolvimento e revolução* (2012) e desenvolvido em outros trabalhos.

¹¹ Qualquer semelhança entre a concepção polopista sobre o anti-imperialismo consequente e a proposição de André Gunder Frank no artigo de 1968, *Latinoamérica: Subdesarrollo capitalista o revolución socialista*, não é mera coincidência. Frank durante sua passagem pela Universidade de Brasília, inclusive participou de reuniões da direção da Polop, incorporando as teses da organização à sua crítica prévia ao desenvolvimentismo funcionalista (Marini 2005; Oliveira 2007; Leal 2014).

sendo mantido o foco nas questões pertinentes à linguagem comum em relação à teoria marxista da dependência.

É pertinente começar a análise do Programa com a caracterização do capitalismo subdesenvolvido, o sentido do nacionalismo, a instrumentalização do sentimento anti-imperialista, que reafirma—indiretamente—a imperiosidade da organização de classe independente, clara linha de continuidade das proposições da *Convocatória para o I Congresso* de 1960. Os países subdesenvolvidos são

constituídos em grande parte das vezes de países recém-saídos do domínio colonial, seus povos possuem geralmente um forte sentimento anti-imperialista, que as novas classes dominantes são obrigadas, frequentemente, a respeitar e que se faz sentir em sua política externa. Esse nacionalismo, aproveitado com frequência pelas burguesias nativas, serve como pressão sobre as potências imperialistas para melhorarem os termos de suas relações econômicas. Estando materialmente interessadas na exploração capitalista, sua luta não visa à destruição do sistema imperialista, mas sim a obtenção de melhores vantagens dentro dos quadros do sistema. Trata-se também de uma forma de ‘cooperação antagônica’ dessas burguesias nacionais com as burguesias imperialistas. (Polop [1967] 2009, 103)

A utilização da categoria “cooperação antagônica” do alemão August Tahlheimer no sentido de sugerir a reciprocidade de certos interesses capitalistas e ao mesmo tempo a possibilidade de barganhar algumas condições dado o avanço do campo socialista, porém, pouco mais adiante o documento considera que a intensificação do conflito capitalismo-socialismo, das contradições capitalistas e a expansão bélica do imperialismo fazem com que esse poder de barganha nacionalista burguês seja reduzido, de modo semelhante à da dependência. Curiosamente, só encontramos menção a noção “dependente” uma vez no programa, o que não invalida que metodologicamente as análises sejam muito semelhantes.

O novo marco de interpretação do desenvolvimento capitalista brasileiro parte da constatação de que o Brasil não apenas é um país capitalista, mas que seu desenvolvimento se deu através da integração dependente ao imperialismo, subordinando a estrutura latifundiária a seu projeto de poder. Todavia, o documento defende que “o Brasil é hoje um país capitalista industrial, cujo desenvolvimento encontra-se bloqueado” (Polop [1967] 2009, 107). Nesse sentido, a suposição de estagnação econômica do capitalismo dependente, abre um flanco que colocará como alvos posteriormente os autores vinculados à teoria, como Marini, Bamberga e Santos.¹²

Outra tese interessante levantada é a defesa do caráter mercantil da produção primário exportadora desde o sistema colonial: “o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro” (Polop [1967] 2009, 113). Essa definição do caráter mercantil da produção sob o colonialismo português será retomado posteriormente por Marini, Frank, Santos e Bamberga, suscitando nos críticos¹³ a pecha de circulationsimo—como se os autores ignorassem o processo de produção do capital interno. Ainda em relação à crítica às teses do feudalismo ou semifeudalismo no Brasil, o programa faz a vinculação do desenvolvimento industrial ao próprio setor latifundiário, como também indica as contradições resultantes desse entrelaçamento de interesses. O próprio Estado termina por ser instrumentalizado como um dos principais consumidores da produção industrial, mas a própria estrutura produtiva gera grandes entraves para se formar um mercado nacional para a indústria. Portanto, ao considerar que o latifúndio não é um elemento exterior—como no dualismo estrutural—, a organização rompe com a noção da existência do semifeudalismo no país. Vale a citação inteira do trecho, por sua riqueza:

Mas o capital industrial no Brasil surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprende disso completamente. Acomodando-se ao latifúndio, o capitalismo industrial teve, posteriormente, que arcar com as consequências: a baixa produtividade agrícola e a carência de mercado. E por outro lado, embora sem destruí-lo, a burguesia industrial vem pressionando o latifúndio a reformar-se, modernizar-se, ou seja, a racionalizar a produção. Isso quer dizer que o

¹² Kameyama e Stotz (2016, 71) consideram que a noção de “desenvolvimento bloqueado” pode ser atribuída a presença das “teses de Paul Baran sobre o capitalismo dependente em países da América Latina, que encontraram guarida no Programa. Essa formulação é nítida na frase inicial do segundo tópico *As lutas de classes no Brasil*, a respeito do desenvolvimento capitalista no Brasil.”

¹³ Entre as críticas sobre o circulationsimo na teoria marxista da dependência as mais populares foram aquelas de fim dos anos 1970 realizadas por Ernesto Laclau (1978) e Fernando H. Cardoso e José Serra (1979).

latifúndio não é um elemento exterior ao sistema capitalista constituído no país. Formou-se uma complementaridade entre a burguesia industrial e o latifúndio: as altas taxas de exploração vigentes no campo serviram para auxiliar a acumulação de capital para o desenvolvimento industrial. (Polop [1967] 2009, 108)

Para a Polop as contradições que se aprofundavam e aceleravam no Brasil eram resultados do próprio desenvolvimento capitalista, e como já indicado algumas páginas acima, não se tratavam de contradições advindas da crise nos países imperialistas. Eram resultantes da forma de integração industrial tardia ao mercado mundial, num contexto em que “as burguesias mais avançadas já tinham promovido suas acumulações primitivas de capital, já tinham se lançado à dominação dos mercados mundiais” (Polop [1967] 2009, 111). Desse modo, o capitalismo brasileiro conhece elevado grau monopolista precocemente resultante não de seu crescimento econômico interno, mas de sua relação de dependência do capital estrangeiro para tal desenvolvimento industrial.

Mas a relação de associação dependente do capital industrial nacional com o capital estrangeiro só foi viabilizada porque nosso capital industrial “surgiu vinculado à acumulação feita no latifúndio exportador e nunca se desprende disso completamente” (Polop [1967] 2009, 109). A relação de complementaridade entre capital industrial e capital latifundiário se dava através de: altas taxas de exploração vigentes no campo e o fornecimento contínuo de trabalhadores para os centros urbanos industriais que ampliavam a oferta de braços e a redução do valor da força de trabalho; através da rede bancária, ou de investimentos diretos feitos pelos fazendeiros, ou pela mediação do Estado.

No Programa Socialista para o Brasil a entrada do capital imperialista no país não resulta apenas da “incapacidade” da burguesia; a complementaridade de interesses entre a burguesia brasileira e a imperialista se dá pelo fato de que: “Para os capitalistas brasileiros a entrada desses maquinários (lá, obsoletos, mas aqui bastante modernos) significava maior produtividade e, logo, mais lucros. Por isso, o ‘nacionalismo’ só é usado como arma de pressão para obterem mais vantagens na associação com o imperialismo. Mas o domínio imperialista mesmo não é, nem pode ser, por eles contestado” (Polop [1967] 2009, 111).

Nota-se que o documento insiste no entrelaçamento de interesses da burguesia interna, sobretudo, de adquirir o maquinário com objetivo de ampliar a taxa de mais-valia. O nacionalismo burguês não almeja a *soberania*, mas sim a *barganha*, portanto, não coloca em xeque a integração subordinada ao imperialismo. Nesse sentido, como destacado pelo documento as empresas estrangeiras que adentram o país o fazem com claro objetivo de “explorar seus lucros, aqui mais gordos que em seus países de origem, principalmente pela maior exploração dos trabalhadores” (Polop [1967] 2009, 111).¹⁴ Em outros termos, o lucro extraordinário se daria pela remessa de lucros, definida como “sangria de capitais,” mas também e, principalmente, pela participação imperialista na maior exploração dos trabalhadores.

Portanto, as relações orgânicas entre a burguesia industrial, o sistema latifundiário e o imperialismo, tendem a monopolizar de modo acelerado a economia nacional, acirrando as contradições do capitalismo periférico, através de desproporção entre capacidade produtiva e capacidade de aquisição popular—“A introdução no país das técnicas mais avançadas aumenta de muito a desproporção entre a capacidade produtiva do monopólio e a capacidade aquisitiva do povo” (Polop [1967] 2009, 111–112); destruição dos pequenos e médios capitais, engrossamento do exército industrial de reserva e favelização—“Ao mesmo tempo em que a produção capitalista destrói as condições de sobrevivência dos pequenos produtores autônomos, jogando milhares de seres humanos no mercado de trabalho, o avanço técnico limita as possibilidades de emprego destas populações que, em boa parte, vão se constituir nos aglomerados miseráveis das favelas e mocambos” (Polop [1967] 2009, 112); *como consequência do acima mencionado, depressão dos salários ao mais baixo nível*—“essa concentração das empresas e progresso técnico, com o respectivo aumento do ‘exército industrial de reserva,’ que deprime os salários ao mais baixo nível (Polop [1967] 2009, 112); e, *formação de preços monopolísticos nos setores de ponta e lucros extraordinários*—“Outra consequência da monopolização da economia é o aparecimento dos preços de monopólio. Controlando a oferta dos artigos no mercado, o punhado de trustes que domina os grandes ramos da economia—desde a industrialização de alimentos até os remédios—manipula à vontade os preços, obtendo lucros extraordinários” (Polop [1967] 2009, 112).

Ao apresentar o *Caráter da Revolução* o documento resgata a linha dada pelas resoluções do *II Congresso* de 1963, avaliando que diferentemente da crise de 1929, cujo epicentro foi os Estados Unidos, para então atingir outras regiões do mundo, a crise que se desenvolve desde os anos 1950 resulta da própria estrutura

¹⁴ Essa concepção de maior exploração dos trabalhadores vai ao encontro à indicação feita na nota 9, do desenvolvimento da categoria da “superexploração do trabalho” em Marini.

político-econômico-social do Brasil, cujo aprofundamento político da crise a partir de 1961 “revela as contradições entre as possibilidades de desenvolvimento econômico criadas e o modo de produção que as subordina. Vemos que o modo de produção no Brasil traz como consequência natural a carência de mercado interno, a baixa produtividade agrícola, a sangria de capitais, a inflação e a exploração violenta das massas trabalhadoras” (Polop 2009 [1967], 113).

Como esboçado nos documentos resultantes do *II Congresso* de 1963, a palavra de ordem do caráter socialista da revolução brasileira não se dá no vazio ou em nível retórico, mas sim da profunda análise e aplicação original do marxismo à realidade brasileira, assim: (1) o modo de produção no Brasil é fundamentalmente capitalista, em processo de integração com imperialismo, e adequando a produção latifundiária a seus fins; (2) o latifúndio nada tem de feudal: desde o período colonial ele é basicamente um fornecedor de artigos para o mercado, guiando-se, pois, pelo lucro; (3) a penetração do imperialismo no Brasil não se dá contra os interesses da burguesia local, senão, que se trata das necessidades de desenvolvimento do próprio capital nacional, de modo que os choques entre as duas frações não se sobrepõem ao interesse de acumulação; (4) como a burguesia industrial já é uma fração no poder, não há sentido em esperar pela revolução nacional-democrática; (5) o imperialismo integrou as regiões subdesenvolvidas do mundo na “qualidade de *regiões dependentes*, e ao mesmo tempo cortou suas possibilidades de repetir o processo de desenvolvimento trilhado pelas nações capitalistas avançadas” (Polop 2009 [1967], 113–114—*italico nosso*).

Essa leitura do desenvolvimento capitalista brasileiro permitiu a organização em 1963, não apenas reafirmar a imperiosidade da organização e defesa de interesses próprios às massas trabalhadores, mas também antecipar que o “fracasso da esquerda, perante esta tarefa deixará as massas desorientadas e descontentes, à mercê de qualquer aventura bonapartista ou fascista” (Polop 1963c, 29). Diante da movimentação autônoma do conjunto da classe trabalhadora, do movimento de Cabos e Sargentos, da radicalização grevista da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), do ascenso dos movimentos camponeses sob as Ligas Camponesas e seu partido o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a burguesia descarta as saídas democráticas e reformistas. Ainda que antecipado vagamente em outros documentos, a percepção da viabilidade do golpe como “saída de força” para crise nunca foi compreendida como pura ingerência norte-americana, mas ao contrário, como intento desesperado dos setores monopolistas do capital industrial, do latifundiário e com beneplácito do imperialismo, em conter as lutas de classes e a construção de um projeto popular.

Como afirmado anteriormente, a convocatória de formação de um partido independente da classe operária pela Polop não se fez no vazio, mas trouxe consigo consequências políticas e teóricas fundamentais pautadas por sua coerência de princípios. A convocatória frequente da constituição de uma Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo é respaldada em sua análise da vinculação do capital industrial ao latifúndio exportador, à associação dependente da burguesia local ao imperialismo, quer dizer, da confluência de interesses das três frações que compõem o bloco no poder em detrimento de qualquer política definitivamente soberana e popular. Deste modo, são criadas as condições para a identidade de interesses dos trabalhadores da cidade e do campo, cabendo à esquerda a tarefa de construir concretamente a aliança entre esses grupos subalternos urbanos e rurais. Seria equivocado renunciar à existência de tarefas democráticas, mas estas para a Polop só poderiam ser enfrentadas e superadas no interior de um processo amplo de luta anti-imperialista e anticapitalista.

Ao final, o *Programa Socialista para o Brasil* reafirma que a revolução brasileira é socialista ou não é revolução, porém, considera que frente a essa nova correlação de forças impostas pela ditadura militar cabe à vanguarda enfrentar tal situação com todos os recursos que dispõem. Nesse caso, a nova fase da luta de classes colocaria na ordem do dia a estratégia da guerra de guerrilhas. Essa discussão extrapola nossos objetivos, por isso, sugerimos a leitura do artigo “Los errores de la teoría del ‘foco’”, de Vânia Bambilra (1967) e da terceira parte de *Subdesenvolvimento e Revolução* (Marini 2012). Mas cabem três observações: a primeira é de que se trata do ponto mais frágil do texto; a segunda, é que ao encerrar o *Programa* com a guerra de guerrilhas sugere que esta seja a “linha” da Polop, o que passava longe (cf. Sachs 2016 [1982], 322); e, por último, a guerrilha foi justamente o motivo para a cisão interna e fim da forma original da organização.

Aproximações provisórias entre a Polop e a teoria marxista da dependência

A releitura dos documentos da Polop é fundamental para a reconstrução da trajetória da vertente marxista da dependência. A forma original com que a organização aplicou o marxismo à realidade brasileira permitiu não apenas acertos políticos bastante precisos sobre a conjuntura dos anos 1960 e o *que fazer* político, mas também muniu alguns de seus militantes do arsenal teórico-conceitual para sistematizações e elaborações posteriores que foram fundamentais às ciências sociais. Leogevido Leal é preciso ao afirmar que “é certo que a Teoria da Dependência, enquanto formulação global, não foi adotada formalmente pela

organização, chegando mesmo a se constituir em polêmica interna do grupo ao final da década de 70” (Leal 2014, 145–146). Mas como demonstrado ao longo do artigo, é evidente que alguns conceitos e categorias fundamentais da teoria marxista da dependência integram as resoluções, análises e o programa *polopiano*: dialética da integração periférica ao sistema mundial; a natureza capitalista do latifúndio; a associação de interesses entre a burguesia local e o imperialismo; a inviabilidade de reformas no capitalismo dependente; as soluções de força para recomposição do esquema de dominação; o esforço do capitalismo brasileiro em sair da crise pela conquista de mercados externos para sua produção industrial; a tendência estrutural dos níveis de desemprego; maior exploração e pauperização do conjunto da classe trabalhadora.

Considerando os fatos e as correlações estabelecidas no artigo, não é nada casual que foram justamente aqueles intelectuais que militaram na Polop os mesmos que mantiveram “fidelidade” à teoria marxista da dependência, ainda que com enfoques distintos. O evidente estilo da *linguagem comum polopiana* pode ser atestado no sentido conferido por Bambirra à *teoria marxista da dependência* como parte da orientação estratégica dos movimentos revolucionários da América Latina: “primeiro, compreender o caráter e as contradições do capitalismo dependente na fase de integração monopólica mundial, o que possibilitava explicar a profunda crise que este sistema atravessava; segundo, oferecer elementos para a reorientação da concepção estratégico-tática que guiava os movimentos revolucionários, o que se fazia imprescindível frente aos duros reveses sofridos por esses movimentos, que se deviam em parte aos seus equivocados pressupostos programáticos” (Bambirra 1985, vii).

Como modo de reforçar a ideia do *prelúdio polopiano* à teoria marxista da dependência, o recurso ao método comparado é fundamental. Poderíamos para tanto, utilizar as noções *influência* e *desdobramentos* de conceitos e categorias da Polop nas obras de Marini e Santos. A questão é que este recurso simplificaria demasiadamente o problema, como simples *alargamento conceitual*, quer dizer, perderíamos de vista as diferenças e especificidades da produção na organização política daquelas da produção individual dos autores. Isso porque a noção de *influência* acarreta a passividade do receptor, e não menos problemática é a noção de *desdobramento*, pois ainda que traga a ideia de abrir ou estender o que estava dobrado, reflete também à passividade, à mera recepção de concepções prontas e sua reprodução. Seguindo as proposições de Eduardo Devés Valdés e César Ross Orellana (2009), foram utilizadas categorias mais relevantes como as de *presença* e *reelaboração*. A *presença* deve ser entendida no caso dos autores que em seu pensamento existam menções à categorias e conceitos provenientes da organização política na qual militavam; e por *reelaboração* entendemos a produção intelectual desses autores que se valeram daquelas categorias e conceitos da organização política para trabalhar problemáticas próprias e ressignificá-las originalmente.

Do que até o momento pode ser considerado, nos valendo das noções de *presença* e *reelaboração* é possível apontar algumas questões interessantes relativas a duas obras: *Subdesenvolvimento e revolução* (SeR) de Marini e *Socialismo ou fascismo: El nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano* (SF) de Santos. A *presença polopiana* é mais acentuada na obra de Marini do que de Santos. Quer dizer, as menções e usos de categorias e conceitos provenientes da organização política em que ambos os autores militavam, são mais recorrentes em SeR do que em SF. De modo que, apenas para mencionar algumas categorias e conceitos como Política Operária, Esquerda Revolucionária e/ou Nova Esquerda, Frente da Esquerda Revolucionária, Cooperação Antagônica não só são muito recorrentes sob a pena de Marini, como também são centrais para o livro em questão¹⁵, enquanto que na obra de Santos são completamente ausentes. Mas, de outro lado, categorias e conceitos como Frente dos Trabalhadores da Cidade e do Campo, Bonapartismo, Fascismo e Governo de Força são encontradas com maior acento na obra de Santos do que de Marini.

No caso da noção de reelaboração a tomamos como a produção destes intelectuais que se valeram daquelas categorias e conceitos da organização política para trabalhá-los em problemáticas próprias e de maneira original.¹⁶ Nesse caso, a própria categoria de “cooperação antagônica” é reelaborada no interior da análise de Marini em SeR sob a forma da categoria de “subimperialismo”, como modo de explicar a dinâmica capitalista após o golpe de 1964, dado o estrangulamento do mercado interno, a tendência monopólica ampliada pela maior integração ao imperialismo, o papel coadjuvante do Brasil no sistema mundial; na obra de Santos impera até o momento um enorme desacerto sobre o significado concreto do dilema latino-americano naquela conjuntura, quer dizer, o autor reelaborou parte substantiva das teses polopianas sobre o bonapartismo sob a forma de uma solução temporária para a crise do capitalismo brasileiro. Ao cunhar o conceito de fascismo dependente e como seu contrário imediato o socialismo, não se trata propriamente

¹⁵ Vale dizer que o segundo capítulo de SeR se baseava no relatório sobre a situação política brasileira, apresentado por Marini (2005, 68–69) na última reunião da Polop em março de 1965.

¹⁶ Não há espaço suficiente para recorrer aos trabalhos prévios dos autores, de modo que alguns textos produzidos no Brasil pré-1964 foram centrais para reelaborações futuras. Os dois livros considerados, jamais se produziram sem acúmulo prévio.

de um dilema real, mas da crítica direta ao reformismo e ao fascismo. De um lado, o fascismo, ainda que existente no contexto latino-americano, ao contrário do fascismo histórico, não é capaz de angariar larga base de apoio entre as classes sociais. Nesse sentido, enquanto a repressão e o terrorismo das ditaduras civil-militares foram “soluções” temporárias para o acirramento das contradições do capitalismo e ao ascenso popular. Ou seja, não há viabilidade real de um fascismo dependente, mas também não há viabilidade de reformas na dependência que não a direcionem a uma situação revolucionária.

Cabe ao final a menção de que os autores focam o mesmo fenômeno—o desenvolvimento capitalista dependente brasileiro—, todavia, de prismas diferentes: enquanto na obra de Marini a avaliação se dá desde a derrota do campo revolucionário e da repressão resultante das novas características da economia nacional; na obra de Santos a avaliação é realizada desde a conformação do bloco dominante, quer dizer, de como a nova dependência reorganiza a divisão do poder entre as burguesias. Nesse sentido, ainda que sem aprofundar a questão, nos dois trabalhos parcialmente analisados é possível considerar que a noção de capitalismo bloqueado, presente no Programa Socialista para o Brasil, esteja superada. Tanto o subimperialismo quanto o fascismo dependente, revelam uma dinâmica de desenvolvimento do capitalismo em nível superior, uma forma que posterga a solução de suas contradições fundamentais ao futuro, mas que não são sinônimos de estancamento ou bloqueio.

Repensando os “lugares comuns” da formação da teoria marxista da dependência

O que a princípio parecia apenas uma tarefa simples de reunir uma dúzia de documentos de uma organização política dos anos 1960, analisá-los e, logo, refazer o percurso teórico-intelectual de dois de seus militantes (Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini), para ao final levantar comparativamente a reelaboração e presença das concepções teóricas da organização política na teoria marxista da dependência, mostrou-se algo mais complexo e rico do que imaginado. A própria história da organização também permaneceu secundarizada frente aos objetivos propostos, o que demandaria retomar a trajetória política de Eric Sachs e outros militantes importantes como Eder Sader e Luiz Alberto Moniz Bandeira; o mesmo poderia ser dito para a importância da inclusão das contribuições de Vânia Bambirra e André Gunder Frank como parte fundamental dessa reconstrução histórica da teoria.¹⁷ Porém, isso não impediu o desenvolvimento da pesquisa e os elementos encontrados nas fontes primárias e secundárias no decorrer do processo foram suficientes para a elaboração de conclusões importantes, como apresentado no item anterior.

A pesquisa desconstrói alguns “lugares comuns” sobre parte significativa da formação da teoria marxista da dependência.¹⁸ Em primeiro lugar, a exclusividade do exílio chileno para o desenvolvimento da teoria da dependência em geral, mas em particular de sua vertente marxista. Como se mostra desde a análise documental, boa parte das reflexões já se apresentava em germe desde 1959 no Brasil, como parte fundante da Nova Esquerda. Em segundo lugar, destitui a originalidade e centralidade conferida a André Gunder Frank e Fernando H. Cardoso para a formulação das bases marxistas da teoria da dependência.¹⁹ Dito isso, não causa espanto que logo no início dos anos 1970, os supostos pais da teoria, logo a lançam à orfandade. De um lado, já em 1970 Fernando H. Cardoso era enfático ao recusar qualquer *status teórico* à questão da dependência, de modo que o autor basicamente abandona novas pesquisas relativas à temática, quando muito dedicando-se ao esforço—pouco honesto—de invalidar as contribuições do grupo de intelectuais ligados à Polop (Cardoso 1993). Por outro, Frank num ensaio publicado em 1972 (Frank 1978), já considerava a teoria marxista da dependência como uma corrente limitada à análise conjuntural e derrotada pelas ditaduras do Cone Sul, de modo, que suas preocupações já o encaminhavam ao debate sobre os sistemas-mundo (Kay 1989, 155–157). Levantando uma enorme polêmica, porém, sem desmerecer as contribuições de Frank, é necessário trazer alguns fatos que escapam muitas vezes aos leitores: ainda que tivesse um pensamento inquieto e original (como sugere Marini 2005), foi apenas em contato com a Polop que Frank pôde amadurecer suas críticas ao desenvolvimentismo funcionalista norte-americano, para então intuir o desenvolvimento do subdesenvolvimento. Mas é fundamental explorar até que ponto esse conceito central às teses de Frank é idêntico, similar ou diferente do conceito marxista de dependência.²⁰

¹⁷ Sua ausência neste trabalho deve-se ao fato de que no período abrangido pela pesquisa não existem trabalhos significativos da autora, suas contribuições mais elaboradas surgem a partir de 1970.

¹⁸ Dizemos *parte significativa*, uma vez, que Bambirra, Marini e Santos não foram os únicos a desenvolver a questão da dependência desde o enfoque marxista. Poderíamos incluir autores como Tomás Amadeo Vasconi, Orlando Caputo, Aníbal Quijano, Oscar Braun, Álvaro Briones, Vilma Figueiredo, Jaime Osorio entre outros. O que torna ainda mais complexa uma *genealogia intelectual* de tal vertente.

¹⁹ Em momento oportuno a biografia intelectual de Cardoso e suas relações com a temática serão avaliadas.

²⁰ Devo tal questionamento à sugestão precisa de Cristóbal Kay, que abre a perspectiva de novo trabalho sobre a temática.

Ainda que a abrangência do presente texto não vá além dos anos 1960, é importante uma última advertência sobre as condições atuais de retomada da teoria marxista no Brasil, algumas limitações são evidentes. É perceptível o número de trabalhos, artigos, seminários, monografias, dissertações e teses sobre a temática, mas em certos momentos prevalece o exercício de ser mais realista que o rei, quer dizer, parece haver uma disputa implícita sobre quem domina melhor as categorias e conceitos dos autores originais da temática, recrudescendo o debate ao academicismo, ao debate de pares, perdendo claramente a perspectiva que a teoria marxista da dependência abriu: pensar a revolução brasileira e a revolução continental como parte da revolução mundial.

Agradecimentos

O presente artigo é parte da pesquisa concluída em 2018 “A ORM-POLOP e a formação da Teoria Marxista da Dependência: as contribuições de Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini.” A pesquisa contou com apoio de bolsa PIBIC (2016–2017) pelo CNPq. Agradeço enormemente os comentários e sugestões de Cristóbal Kay e Fernando Correa Prado.

Sobre o autor

Raphael Lana Seabra é doutor em sociologia e professor adjunto do Departamento de Estudos Latino-Americanos (ELA) e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais—Estudos Comparados sobre as Américas (PPG-ECsA) da Universidade de Brasília. Autor de “A via venezuelana ao socialismo” (2014) e autor-organizador de “Dependência e Marxismo: Contribuições ao debate crítico latino-americano” (3ª ed., 2017). Vem desenvolvendo pesquisas em torno da teoria da dependência e Estado de Contra-Insurgência na América Latina.

Referências

- Bambirra, Vânia [Cléa Silva]. 1967. “Los errores de la teoría del ‘foco’: Análisis crítico de la obra de Régis Debray.” *Monthly Review: Selecciones en Castellano* (Santiago), n° 45: 26–42.
- Bambirra, Vânia. 1985. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. México: Siglo XXI.
- Bandeira, Luis Alberto Moniz. 2017. “Notas sobre a POLOP e Eric Sachs.” *Revista Espaço Acadêmico* 16 (188): 1–37.
- Blömstrom, Magnus, e Björn Hettne. 1984. *Development Theory in Transition: The Dependency Debate and Beyond: Third World Responses*. Londres: Zed Books.
- Cardoso, Fernando. 1993. *As ideias e seu lugar*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Cardoso, Fernando, e José Serra. 1979. “As desventuras da dialética da dependência.” *Estudos Cebrap* 23: 33–80.
- Chilcote, Ronald. 1974. “Dependency: A Critical Synthesis of the Literature.” *Latin American Perspectives* 1 (1): 4–29. DOI: <https://doi.org/10.1177/0094582X7400100101>
- Devés Valdés, Eduardo, e César Ross Orellana. 2009. *Las ciencias económico sociales latinoamericanas en África sudsaariana*. Santiago: Ariadna; Buenos Aires: CLACSO.
- Frank, André Gunder. 1978. *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI.
- Kameyama, Ceici, e Eduardo Stotz. 2016. “A formulação do Programa Socialista para o Brasil e o caminho da independência de classe: Contribuições de Érico Sachs.” In *Érico Sachs/Ernesto Martins: Um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*, editado por Sérgio Paiva, 29–72. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer.
- Kay, Cristóbal. 1989. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres: Routledge. DOI: <https://doi.org/10.20446/JEP-2414-3197-05-2-3>
- Laclau, Ernesto. 1978. *Política e ideologia na teoria marxista*. São Paulo: Paz e Terra.
- Larrain, Jorge. 1998. *Theories of Development: Capitalism, Colonialism and Dependency*. Oxford: Polity Press.
- Leal, Leovegildo Pereira. 2014. *História da POLOP: Alternativa marxista ao reformismo na esquerda brasileira*. Pará de Minas, MG: Virtual Books.
- Marini, Ruy Mauro. 2005. “Memória.” Em *Ruy Mauro Marini: Vida e obra*, editado por João Pedro Stédile e Roberta Traspadini, 57–135. São Paulo: Expressão Popular.
- Marini, Ruy Mauro. 2012. *Subdesenvolvimento e revolução*. Florianópolis: Insular.
- Marx, Karl. 2007. “1. AD Feuerbach (1845).” Em Karl Marx e Friedrich Engels, *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Mattos, Marcelo Badaró. 2007. “Em busca da revolução socialista: A trajetória da POLOP (1961–1967).” Em *História do Marxismo no Brasil*, editado por Marcelo Ridentti e Daniel Aarão Reis Filho, 5:197–225. Campinas: Edunicamp.

- Meyer, Victor. 2009. "Ernesto Martins, Érico Czaczkes Sachs." Em *Polop: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*, editado por Centro de Estudos Victor Meyer, 15–20. Salvador: Artetexto.
- Meyer, Victor. 2009a. "Frágua inovadora: O tormentoso percurso da Polop." Em *Polop: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*, editado por Centro de Estudos Victor Meyer, 265–278. Salvador: Artetexto.
- Oliveira, Joelma Alves de. 2007. "POLOP: As origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961–1967)." Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
- Packenham, Robert A. 1998. *The Dependency Movement: Scholarship and Politics in Development Studies*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Polop (Política Operária). 1962. *Jornal Política Operária* n° 1, ano 1, janeiro de 1962.
- Polop (Política Operária). 1963. "O Caminho da Crise Brasileira." In *Revista Política Operária* n° 6, março–setembro de 1963.
- Polop (Política Operária). 1963a. "Diretrizes para uma Política Operária." In *Revista Política Operária* n° 6, março–setembro de 1963.
- Polop (Política Operária). 1963b. "Perspectivas da Luta de Classes no Brasil. Tese Aprovada no II Congresso." In *Revista Política Operária* n° 6, março–setembro de 1963.
- Polop (Política Operária). 1963c. "Declaração Política da II Conferência Extraordinária da ORM-POLOP." In *Revista Política Operária* n° 7, outubro de 1963.
- Polop (Política Operária). (1967) 2009. "Programa Socialista para o Brasil." In *Polop: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*, editado por Centro de Estudos Victor Meyer, 97–128. Salvador: Artetexto.
- Reis Filho, Daniel Aarão. 2007. "Classe operária, partido de quadros e revolução socialista. O itinerário da Política Operária–Polop." Em *As esquerdas no Brasil*, editado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis Filho, 3:53–72. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Sachs, Eric. (1960) 2009. "Convocatória para o 1° Congresso da POLOP." Em *Polop: Uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil*, editado por Centro de Estudos Victor Meyer, 21–32. Salvador: Artetexto.
- Sachs, Eric. (1982) 2016. "O PSB e a fase atual da luta de classes." Em *Érico Sachs/Ernesto Martins: Um militante revolucionário entre a Europa e o Brasil*, editado por Sérgio Paiva, 317–323. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer.
- Santos, Theotônio dos. 2000. *Teoria da dependência: Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

How to cite this article: Seabra, Raphael Lana. 2020. A vocação política da teoria marxista da dependência: Uma análise da Política Operária. *Latin American Research Review* 55(4), pp. 662–675. DOI: <https://doi.org/10.25222/larr.542>

Submitted: 18 March 2018

Accepted: 11 January 2019

Published: 22 December 2020

Copyright: © 2020 The Author(s). This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (CC-BY 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original author and source are credited. See <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.

LARR

Latin American Research Review is a peer-reviewed open access journal published by the Latin American Studies Association.

OPEN ACCESS 